

Sanches culpa Congresso por demora nas apurações

JORNAL DE BRASÍLIA
20 OUT 1990

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Sydney Sanches, admitiu ontem a morosidade da Justiça Eleitoral, mas responsabilizou o Congresso Nacional pela omissão na elaboração de leis capazes de modernizarem o processo eleitoral. "A justiça é morosa, sempre foi e sempre será enquanto o formalismo imperar", disse o ministro.

Sydney Sanches se defendeu das acusações do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) de que a Justiça Eleitoral seria responsável pelo aumento no número de absenções e votos brancos e nulos. "A Constituinte presidida pelo deputado Ulysses Guimarães não alterou nada com relação à Justiça Eleitoral", rebateu o ministro. Segundo Sanches, reformas na legislação eleitoral são fundamentais para o bom andamento do processo.

Contrário à extinção da Justiça Eleitoral, que chegou a ser proposta por alguns parlamentares, o ministro admite a necessidade de revisão em todo o processo. "Se a Justiça Eleitoral for extinta, será necessário a criação de algum outro órgão para fazer o trabalho que hoje é executado por nós. Isso só daria mais trabalho", garantiu Sanches.



Sanches critica formalismos

Na opinião de Sanches, os problemas da Justiça Eleitoral seriam resumidos com a implementação de uma legislação eficiente no combate ao abuso do poder econômico. "É necessário aparelhar melhor a Justiça Eleitoral e o Ministério Públíco Eleitoral para combater os crimes eleitorais", afirmou o ministro. Sobre a questão da fraude em Alagoas, Sanches explicou que existe a possibilidade de anulação

das eleições nas sessões onde as urnas foram impugnadas caso o TRE conclua que os 70 mil votos anulados ultrapassam a diferença formal de votos entre o primeiro e segundo colocado.

Alagoas

Ele acredita que os resultados finais das eleições em Alagoas saiam hoje ou, no mais tardar, no início da próxima semana, embora os desembargadores do TRE alagoano estejam às voltas com mais de cem recursos, relativos às urnas impugnadas nas 1º e 29º zonas eleitorais no Estado.

"Pode ser necessário modificar a data do segundo turno (que será no dia 25 de novembro) em Alagoas, caso a Justiça Eleitoral não consiga julgar até lá todos os recursos e fique indefinido o quadro eleitoral no Estado. Ou seja, se as urnas impugnadas influenciam ou não no resultado final para o governo do Estado. Mas espero que isso não aconteça", disse Sanches.

"O TSE deverá decidir na próxima terça-feira se suspende a proclamação e a diplomação dos candidatos eleitos na Bahia até o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar a arguição de suspensão movida pelo PMDB contra os juízes eleitorais baianos.